



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Lampreia, Carolina

Os Enfoques Cognitivista e Desenvolvimentista no Autismo: Uma Análise Preliminar

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 17, núm. 1, 2004, pp. 111-120

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18817114>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Os Enfoques Cognitivista e Desenvolvimentista no Autismo: Uma Análise Preliminar

Carolina Lampreia¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo

A imprecisão do conceito de autismo pode ser vista pela diversidade de quadros clínicos que entram nesse diagnóstico. Isso é explicado pelos diferentes enfoques teóricos que procuram explicá-lo. Desde a descrição de Kanner, o autismo tem sido considerado um problema afetivo/social, ora como um problema cognitivo. Nas décadas 1970/80, alguns autores consideraram o déficit social como primário no autismo enquanto outros defenderam o prejuízo da habilidade cognitiva da linguagem como o principal. Hoje se trata de uma questão se inconclusiva. Hoje predominam dois enfoques teóricos: o cognitivista e o desenvolvimentista que reafirma o autismo como um problema afetivo/social e dissolve a oposição social x linguagem na medida em que ambos são aspectos epistemológicos é conceber a linguagem verbal como uma atividade social cujos precursores são encontrados na comunicação não-verbais mãe-bebê. O objetivo deste artigo é iniciar uma reflexão a respeito da relevância da discussão epistemológica e das implicações de diferentes enfoques teóricos do autismo para a busca da etiologia e intervenção.

Palavras-chave: Autismo; cognitivismo; desenvolvimentismo.

A Preliminary Analysis of Cognitive and Developmental Approaches in Autism

Abstract

The diversity of clinical pictures and different theoretical approaches may explain the blurred boundaries of autism. Since Kanner, autism has been explained either as a social/affective deficit or a cognitive one. In the 1970/80s, some authors argued that the primary deficit was social/affective while others that it was cognitive. Today the cognitive and developmental approaches predominate. The latter revives the social deficit approach to autism and dissolves the social x language opposition. One of its epistemological assumptions is to view language as a social activity because its precursors can be found in the mother-infant nonverbal communications. The purpose of this article is to start a discussion about the importance of the epistemological assumptions of the different theoretical approaches to autism for the search of its etiology and intervention.

Keywords: Autism; cognitivism; developmentalism.

O conceito de autismo é um conceito, ainda nos dias de hoje, de contorno bastante impreciso, imprecisão esta que pode se dar em diferentes níveis. Por um lado, quanto às características comportamentais, podemos encontrar, diagnosticadas como autistas, crianças que falam e outras que não falam; crianças com pouco ou nenhum tipo de contato social e outras com um tipo bizarro de relacionamento; crianças com deficiência mental e outras com um nível de desenvolvimento adequado para sua idade. Entretanto, para o diagnóstico de autismo, além

outros dois itens requeridos pelo DSM-IV, são necessários dois outros itens exigidos para o diagnóstico, o número de combinações possíveis de etiologia, ou possíveis etiologias, ou uma tentativa de definição de características comportamentais.

Outro nível de imprecisão reside nas diferentes concepções de autismo, o enfoque teórico – desenvolvimentista ou cognitivista – e suas implicações

Nos anos 1970/80, deu-se um importante debate sobre qual seria o prejuízo primário no autismo, prevalecendo duas posições vistas como antagônicas. A primeira defendia um prejuízo do relacionamento social que prejudicaria o desenvolvimento da linguagem, enquanto a segunda defendia um problema mais básico na área da linguagem que prejudicaria a interação social. Seria possível argumentar que esta polarização talvez não faça sentido na medida em que podemos considerar que está implícita, no conceito de interação social, a idéia de comunicação e que nesta está implícito o conceito de interação social. Ou seja, seria possível argumentar que, por definição, não há linguagem/comunicação sem interação social, assim como não há interação social sem comunicação. Contudo, esta argumentação pode não ser tão óbvia quanto parece ser.

Embora este tipo de debate não seja mais predominante na literatura atual, torna-se importante revê-lo por duas razões. Em primeiro lugar, para analisar e tentar esclarecer os conceitos de social e linguagem no autismo. Parece haver uma certa imprecisão quanto a estes conceitos, na medida em que comportamentos de comunicação não-verbal, como gestos, podem ser também concebidos como comportamentos sociais, como o faz o DSM-IV (APA, 1995). Em segundo lugar, este tipo de debate também permite refletir sobre a possível dissolução das oposições teóricas subjacentes às posições adotadas. Aqueles que defendem um prejuízo primário da linguagem costumam adotar um enfoque cognitivista, enquanto os defensores de um prejuízo social adotam, principalmente nos dias atuais, um enfoque desenvolvimentista que concebe os problemas de interação social como decorrendo de uma falha muito básica na capacidade de expressividade e responsividade emocional/afetiva. Em outras palavras, a discussão dos conceitos de interação social e linguagem está intimamente relacionada à discussão dos pressupostos teóricos envolvidos. E isto tem implicações para o próprio conceito de autismo, que não pode ser definido apenas a

desenvolvimentista atual e como conclusões de seu alcance de suas implicações.

Histórico dos Posicionamentos Teóricos

Ao longo dos anos, desde a primeira descrição da síndrome descrita por Kanner (1943), o autismo é visto, predominantemente, ora como um transtorno afetivo, ora como um distúrbio cognitivo. Não podem ser discriminadas neste sentido². Na primeira formulação inicial de Kanner, o autismo é visto como um distúrbio de contato afetivo. O desligamento das relações humanas, antes dos 12 meses de idade, define as categorias discriminadas, no seu estudo de 1943, o autismo junto com a falha no uso da linguagem, a comunicação, a manutenção da rotina, a interação com objetos e as boas potencialidades cognitivas (Kanner, 1956). Em 1956, depois de efetuar um *follow-up*, são isolados dois aspectos patológicos: o isolamento extremo e a insistência obsessiva na rotina, que se manifestam nos dois tipos de autismo. Contudo, o problema principal está na área da inabilidade de se relacionar de forma adequada com outros seres humanos”, menciona Kanner (1956, p. 558-559). Em termos de etiologia, Kanner afirma que haja um agente etiológico único, sendo produzido conjuntamente por fatores inatos e ambientais.

Na segunda fase, ao longo das décadas de 1960 e 1970, o autismo passa a ser visto, predominantemente, como um distúrbio cognitivo. Nesta época, ele deixa de ser visto como uma condição envolvendo basicamente o contato social e emocional, e passa a ser considerado um transtorno do desenvolvimento envolvendo aspectos cognitivos severos com origem em uma disfunção cerebral. A observação da existência de uma

Com relação aos aspectos práticos, não há prejuízo da compreensão e uso da linguagem no contexto social, mas não necessariamente literal. Embora os acompanhados apresentem uma linguagem normal - expressão facial, contato visual, gestos, etc.

habilidades pré-verbais como o jogo simbólico ou de faz-de-conta; os autistas não conseguem se comunicar através do uso de gestos, como as crianças surdas fazem; há falha em responder à comunicação dos outros e em sustentar uma conversa, além de haver uma falta de uso social das habilidades de linguagem possuídas.

Como mencionado anteriormente, Rutter (1976) é um dos que defendem a posição de que o prejuízo da linguagem é anterior ao prejuízo social. Este autor vai contra o argumento de Kanner (1943) de que é o retraimento social que leva aos problemas de linguagem, considerando que, ao contrário, o problema social parece estar vinculado ao problema de linguagem. Seu argumento é que o atraso na fala é uma condição quase invariável no autismo e que a linguagem é o fator de prognóstico mais importante, fora o QI. Cita também um estudo em que vários autistas deixaram de apresentar retraimento social mas permaneceram sem fala e tinham dificuldades em compreender instruções faladas, embora obedecessem a gestos e demonstrações. Sua conclusão é que a falha em falar se deve a uma falha básica em habilidades de linguagem e não à falta de motivação para falar ou o retraimento social (Rutter, 1968). Ele argumenta que o déficit na compreensão da linguagem em geral – o problema simbólico – e não especificamente o déficit da fala, parece ser primário e não secundário ao problema social. Para ele, a hipótese da linguagem oferece uma explicação que parece dar conta da maioria dos principais resultados, embora a natureza da anormalidade básica de linguagem permaneça desconhecida (Rutter, 1968, 1976). Em suma, o déficit cognitivo seria uma parte essencial do autismo e as anormalidades da linguagem, uma parte essencial desse déficit cognitivo (Rutter, 1976).

Wing também se posiciona a favor de um déficit mais básico na área da linguagem, embora focalize primordialmente em seu escritos a área social. Em um texto em que aborda a questão do possível prejuízo primário, Wing (1980) advoga em favor de problemas cognitivos que afetam a compreensão e o uso da linguagem, em quaisquer de suas formas. Ela

entre distúrbio da fala receptiva e autismo, símbolos.

Em suma, vários pesquisadores recategorizam os problemas comunicativos muito precoces que podem ser observados de déficits no uso e compreensão da comunicação verbal e na atenção compartilhada. Wing (1976), que concebem o prejuízo lingüístico como algo mais básico, argumentam que: o isolamento social é uma inferência a partir de problemas cognitivos. Assim, o prejuízo social consiste em dificuldades na comunicação verbal e não-verbal; a falha no uso social deve-se ao retraimento social, sendo o problema anterior ao problema social.

O prejuízo da interação social

A observação de vários desvios comportamentais desde o nascimento, ou pelo menos muito cedo no desenvolvimento inicial, tem levado inúmeros pesquisadores a considerar o transtorno em processos neurobiológicos. Se não, prejudicariam o desenvolvimento social. No autismo (Dawson & Galpert, 1986; Mundy & Sigman, 1986; Richer, 1976; Rutter, 1978; Rutter & Schopler, 1978; Wing, 1986).

Em termos mais gerais, dentre os distúrbios mencionados a apreciação inadequada de deixas e a falta de reciprocidade socioemocional (Rutter, 1978), transtornos nas capacidades expressivas iniciais e dificuldade para discriminar e interpretar expressões faciais (Dawson & Galpert, 1986), são específicas no desenvolvimento de comunicação não-verbal (Mundy & Sigman, 1986).

Em termos mais específicos, tem sido observado o déficit de aconchego no colo, de antecipação por contato visual. Foi observado também uma ausência de expressão facial, que o bebê raramente ri ou chora, e imitação gestual (Dawson & Galpert, 1986). A falta de regular a interação social (Rutter & Schopler, 1978) e falta de respostas às emoções dos outros (Rutter, 1978).

percepção de pessoas e da interação social recíproca. As autoras consideram que está em aberto a questão de se esses déficits na cognição social são a causa subjacente das anormalidades do comportamento social e das relações interpessoais. E afirmam que a relação causal inversa também é uma possibilidade.

Em outro trabalho, Wing (1988) afirma que o problema central que, por definição, é tanto necessário como suficiente para o diagnóstico de uma desordem no continuum do espectro autista, é um prejuízo intrínseco no desenvolvimento da habilidade de se engajar em interação social recíproca. E Waterhouse, Wing e Fein (1989) consideram que os problemas de interação social são a base para todos os esquemas de diagnóstico.

Desta maneira, embora Wing não considere o problema de interação social como sendo primário no autismo, todo o seu trabalho se desenvolve em torno desta questão, chegando inclusive a propor um sistema de classificação do espectro autista baseado na qualidade da interação social – isolamento social, interação passiva, interação ativa mas bizarra (Wing & Gould, 1979) – e a conceber o autismo a partir de uma tríade de prejuízos: 1) na interação social, com falhas no reconhecimento social; 2) da comunicação social, que afeta o dar e receber sinais verbais e não-verbais, pré-verbais sociais; 3) da imaginação e compreensão social que afeta a habilidade de copiar ações dos outros com compreensão de seu significado e objetivo, e interfere com o desenvolvimento do faz-de-conta e da teoria da mente (Wing, 1988). O prejuízo social passa a ser concebido mais como um critério essencial para o autismo do que um déficit primário.

Mas outros autores são mais específicos na defesa de um prejuízo social anterior ao prejuízo de linguagem, concebendo-o como uma desordem primária. Mundy e Sigman (1989) argumentam que os déficits sociais e emocionais são componentes fundamentais da desordem e não epifenômenos de disfunção cognitiva sendo que alguns dos primeiros tipos de déficit parecem ocorrer na expressão afetiva e comunicação não-verbal.

eles, o baixo nível de competências emocionais apoia uma hipótese específica com os sinais não-verbais e sentimentos. Esta conclusão se baseia nos gestos que expressam emoções espontâneas.

Em suma, vários autores recorrentemente iniciais, evidenciado principalmente em capacidades receptiva e expressiva, especificamente, uma apreciação de aspectos socioemocionais, falta de reciprocidade, ausência de expressão facial, dificuldade de compreender expressões faciais. Muitos autores, como Rutter e Wing, que não consideram como sendo primário no autismo, mas características. Aqueles que defendem o primário argumentam basicamente que a comunicação não-verbal é um dos primeiros problemas cognitivos e linguísticos, o prejuízo afetivo; há uma falha na expressão de emoções para se comunicar através de outras formas de comunicação. A interação social é anterior aos problemas de linguagem.

Relativizando a oposição social e linguística

Algumas ponderações precisam ser feitas para relativizar, em certa medida, a oposição social e linguística. Em primeiro lugar, alguns autores defendem que no autismo são mais qualitativos do que quantitativos. Sigman (1989), por exemplo, afirma que a interação ocular pode ocorrer em alguns casos, mas e que crianças autistas respondem de forma diferente que o apego não está completamente desenvolvido. De maneira, Cairns (1986) afirma que a reciprocidade mas uma falha na reciprocidade normal.

Em segundo lugar, alguns autores defendem a correlação entre os prejuízos sociais e linguísticos.

tinham alguma linguagem e algumas imitavam o faz-de-conta, enquanto as ‘ativas mas bizarras’ tinham alguma linguagem ou falavam (Wing, 1988)

Em terceiro lugar, alguns autores como Schopler e Mesibov (1986), defendem a não separação entre social e linguagem. Olley (1985) diz que comunicação é, por definição, um ato social, e Lord (1985) considera a linguagem uma habilidade social. Richer (1976) também concebe a linguagem como uma habilidade social, e por isso déficits sociais poderiam impedir o desenvolvimento da linguagem e competência comunicativa. Contudo, ele observa que o oposto também se aplica. Por isso, considera que pode ser frutífero estudar padrões de interação social dos autistas para ver que implicações eles podem ter tanto para a socialização quanto para a comunicação. Da mesma maneira, Garfin e Lord (1986) consideram a comunicação como um tipo de comportamento social e propõem que se discuta: a relação entre problemas de comunicação e problemas sociais; aspectos da comunicação relacionados mais diretamente ao funcionamento social; e elementos do desenvolvimento social que afetam a aprendizagem e uso das habilidades de comunicação. Por fim, Cairns (1986) afirma que é difícil imaginar que o desenvolvimento social proceda independentemente do desenvolvimento da linguagem ou vice-versa. Ele observa que a construção teórica, relevante a esses dois domínios, tem progredido *como se os teóricos vivessem em terras diferentes*. Para este autor, a convergência das disfunções sociais e de linguagem no autismo pode proporcionar um novo *insight* para a questão mais ampla de como esses domínios podem ser integrados teoricamente. E isto parece estar presente nas propostas de alguns autores desenvolvimentistas.

A Visão Desenvolvimentista do Autismo

A perspectiva desenvolvimentista traz uma nova forma de entendimento dos prejuízos do autismo sem cair na oposição linguagem/social, mostrando ao contrário como estas capacidades humanas estão relacionadas, ou melhor,

intersubjetividade, mais profundas e complexas. Se, portanto, as crianças com autismo, especialmente as precoces, estão prejudicadas.

A partir da observação de filmes, este autor argumenta que bebês nascem com a capacidade de sentir e expressar os sentimentos, interesses e objetivos comunicativos. Ainda muito pequenos, eles reconhecem e respondem a tentativas de conversar com elas. Esta primeira fase é denominada de intersubjetivo, que aparece logo após o nascimento da intersubjetividade primária. Ela consiste em conversações que envolvem uma alternância de papéis e turno de atos expressivos. Mãe e bebê trocam expressões e percepções ativas de emoções e intenções face-a-face. A mãe usa o *manhês* (*motherese*) e responde ao bebê expressões com a face e as mãos, enquanto o bebê responde brincando com afeto, imita e responde pela mãe.

De acordo com Trevathen e colaboradores, o autismo é uma condição que afeta o desenvolvimento do sistema interativo pré-lingüístico inato, desenvolvido provavelmente no primeiro mês do desenvolvimento embrionário, em uma região do cérebro por ela denominada Formação de Motivo Intrínseca (*Intrinsic Motive Formation*). Desta maneira, a falta de respostas comunicativas e orientação, por parte do bebê autista, tende a interromper as transações comunicativas e emocionais. O problema seria, então, um déficit específico na motivação com relação a pessoas. E isto interfere na segunda fase do relacionamento intersubjetivo: a intersubjetividade secundária que se desenvolve após 9 meses de idade e é caracterizada pela troca de papéis. Nesta fase, as interações mãe-bebê passam a envolver objetos que são motivo de interesse. O bebê não olha para a mãe, mostra um brinquedo e vira para ela; a mãe olha para o brinquedo, ouve a verbalização sobre o brinquedo. Aqui, o bebê passa a combinar gestos para fazer declarações, observações e perguntas para compartilhar interesse em eventos e objetos, e a compartilhada cuja ausência é um dos marcadores do autismo.

Adotando também um enfoque intersubjetivo, Hobson (2002) acredita que subjacente ao autismo está uma falta de comportamento inato para a coordenação com o comportamento social das outras pessoas. Faltaria ao bebê que irá desenvolver um quadro autista, o engajamento pessoa-a-pessoa, as habilidades para a conexão emocional e a comunicação não-verbal, isto é, a responsividade emocional. E assim como Trevarthen e colaboradores, Hobson também considera que é o engajamento social que proporciona os fundamentos da linguagem.

De acordo com Hobson (2002), o que caracteriza o humano é o simbolizar, e são as relações interpessoais que promovem a compreensão e uso de símbolos. Mas, ele parte do princípio que alguns componentes do funcionamento mental são inatos e que o desafio é descobrir quais habilidades são subjacentes a outras habilidades de maneira a refazer o processo de desenvolvimento. Em um primeiro momento, a nível filogenético, teria sido uma mudança na natureza do engajamento social dos primatas, que envolve mudanças sutis porém profundas nas interações face-a-face, que teria levado aos tipos de pensar e de linguagem representativos dos seres humanos. Em um segundo momento, a nível ontogenético, Hobson se refere a uma linguagem universal do corpo, isto é inata, que estaria na base para o engajamento interpessoal e o simbolizar. Ele observa que os bebês estão aptos para perceber e reagir ao comportamento e expressões das outras pessoas, e a tomar seu papel na dança comunicativa do intercâmbio interpessoal. Uma de suas observações mais importantes parece ser que, desde os primeiros meses de vida, os bebês se relacionam com as pessoas como pessoas, isto é, eles fazem mais do que apresentar padrões coordenados de comportamento com outras pessoas; eles estão emocionalmente conectados a elas. Seria através desta conectividade emocional que o bebê descobriria o tipo de coisa que uma pessoa é, e como consequência aprenderia a diferenciar pessoas de coisas. Como exemplos, podem ser citadas as habilidades do bebê de seis semanas de idade para manter contato ocular e com

importantes da comunicação e linguagem.

Na visão de Hobson (2002) a falta de responsividade emocional e o engajamento intersubjetivo impedem o desenvolvimento acima descrito no relacionamento e no compartilhamento da vida imaginativa assim como toda a linguagem sem sentido.

Uma terceira posição desenvolve-se que considera o debate sobre a primazia versus cognitivos sem sentido, os prejuízos nos autistas têm tanto de cognitivos. Dawson e Galen (1989) os prejuízos característicos do autismo são as capacidades iniciais expressivas para o desenvolvimento da interação e do desenvolvimento da comunicação verbal. Em outras palavras, os autores (1989) apresentam uma proposta de intervenção para o autismo. Apoiados em pesquisas, os autores pretendem apresentar e levantar algumas hipóteses sobre a ativação do bebê, déficits de atenção e prejuízo do desenvolvimento social. Na sua posição é que bebês autistas têm uma sensibilidade para estímulos novos, como o comportamento das pessoas, a consequência, as pessoas se tornam aversivas para o bebê provocando reações que afetarão a formação inicial das emoções e a coordenação motora afetiva. No final, os autores propõem uma intervenção utilizando a imitação da própria criança autista como estratégia para a atenção social e aumentar a responsividade. A proposta de intervenção foi posta em prática de maneira a incluir a promoção da comunicação e da linguagem.

intersubjetivos subseqüentes que possibilitam o desenvolvimento da comunicação não-verbal e verbal. No caso do autismo, tendo em vista uma falha biológica inicial, todo o processo de desenvolvimento será desvirtuado.

Os três autores propõem, no caso do autismo, uma falha emocional inicial, isto é, uma falha nas capacidades expressivas e receptivas inatas. Sem estas capacidades, o processo de intersubjetividade primária que envolve as primeiras interações face-a-face mãe-bebê não pode ocorrer, ou ocorre de forma limitada e desvirtuada. Conseqüentemente, o processo de intersubjetividade secundária, que envolve agora uma relação tripartite mãe-bebê-objeto, também será prejudicada. E este último processo é fundamental porque é através da atenção compartilhada, que o caracteriza, que se desenvolve a capacidade de simbolizar base do desenvolvimento da comunicação não-verbal e, posteriormente, verbal.

Esta perspectiva pode ter como uma de suas conseqüências a dissolução da oposição linguagem x social. A linguagem passa a ser vista como comunicação – verbal e não-verbal – que se desenvolve a partir da interação mãe-bebê – intersubjetividade primária e secundária. Outra conseqüência possível diz respeito ao argumento que linguagem e social são, por definição, a mesma coisa. Se considerarmos que a sensibilidade social é um pré-requisito para o início das relações intersubjetivas, então a capacidade de relacionamento social seria anterior ao desenvolvimento da linguagem/comunicação. Na verdade, a partir dos pressupostos do enfoque desenvolvimentista, seria possível afirmar que a oposição ou identidade, entre linguagem e social, é um falso problema, ou uma questão mal colocada. O enfoque trata de um contínuo que se inicia com a sensibilidade social e se prolonga até a aquisição da comunicação verbal.

Esta ênfase no processo de desenvolvimento pode ser vista como representando uma perspectiva construtivista que se opõe à perspectiva racionalista apresentada por aqueles que adotam uma posição cognitivista.

ser o prejuízo social o prejuízo primário também comentada a importância de s ocorrido nas décadas de 1970/80 sobre o de maneira a procurar esclarecer os cor linguagem, já que gestos são vistos tant social quanto como comunicação, e aval de dissolução das oposições teóricas subj cognitivista x enfoque desenvolvimentista seria uma tentativa de iniciar uma refle relevância do esclarecimento do epistemológicos e das implicações de di teóricos do autismo, para a busca de uma intervenção.

A discussão apresentada na parte relati o prejuízo primário pode parecer com diferentes posições concordam quanto a autismo e quanto às características com déficits sociais e de linguagem. Contudo, um déficit primário em uma área mas re básicos na outra. Rutter (1978), por exem prejuízo primário na linguagem mas adm muito precoces como a falta de resposta outros. Além disso, outros argumen determinado prejuízo primário mas adm também é possível. Wing (Shah & Wing, 1981) admite déficits quanto à percepção de p isto como um déficit cognitivo. Mas ace de anormalidades sociais estarem na base cognição social. Outros, ainda, afirmam n entre linguagem e social considerando, co Lord (1985), a linguagem como um ato s parece, assim, inconclusiva.

Um melhor entendimento deste explicitação e análise dos pressupostos visões de sujeito sustentadas por ambas tanto, serão comparados, a partir de su inato, o enfoque cognitivista – a partir de prejuízo da linguagem – e o enfoque des

O enfoque desenvolvimentista não descarta o inato mas procura analisar sua articulação com as experiências sociais, considerando sua participação na construção das capacidades específicas dos humanos. Desta maneira, adere a uma visão construtivista/pragmática de sujeito – uma visão social. Isto não significa afirmar que não há nada de inato; significa considerar que o que possa haver de inato possibilita certas construções. A linguagem é concebida como um forma de ação; como uma prática social. Em outras palavras, dada uma base inata, é no contexto de interações sociais que são construídas as capacidades especificamente humanas (Vygotsky, 1984; Wittgenstein, 1958). O foco está no processo de construção/desenvolvimento.

No caso do autismo, de acordo com o enfoque cognitivista, por ter o módulo da linguagem prejudicado, a criança não é capaz de se comunicar; não pode interagir socialmente. Há aqui uma perspectiva determinista. As diferentes características de uma criança autista são vistas como sendo naturais e os diferentes quadros clínicos, apresentados por diferentes crianças, como se devendo, principalmente, a diferentes prejuízos ou etiologias de cunho biológico. Segundo o enfoque desenvolvimentista, dada a falta inata de sensibilidade, responsividade e expressividade emocional/afetiva/social, a criança autista não é capaz de intersubjetividade primária; não é capaz de estabelecer as proto-conversações, características das interações face-a-face. Como consequência, ela não será capaz de desenvolver/construir a fase de intersubjetividade secundária, a da proto-linguagem, que envolve a relação tripartite mãe-bebê-objeto. Seria esta a razão pela qual a criança autista não desenvolve a atenção compartilhada e a simbolização – a comunicação não-verbal, precursora da comunicação verbal. Aqui, as características comportamentais de uma criança autista devem ser avaliadas dentro de um contexto social, e os diferentes quadros clínicos de diferentes crianças como sendo consequência da conjunção de diferentes etiologias e diferentes histórias de relacionamento social. Para dar conta de determinado quadro comportamental, o foco estará

que o atraso na fala é uma condição social, por isso a linguagem deve ser vista como uma forma de ação social. Ele está invocando a universalidade do cognitivismo, pressupondo a socialidade. Mas a visão construtivista não dá conta dessa universalidade porque não pode por conceber a linguagem como uma forma social – forma de ação – e não como uma forma de representação. Ou seja, não é universal no autismo porque o autismo, em seu desenvolvimento, é universalmente social. Ela argumenta que o isolamento social, os problemas de linguagem e de comunicação interferem com intercâmbios sociais e que o cognitivismo e fazendo a mesma coisa, o social, sem admitir a comunicação como uma forma social. De acordo com a visão construtivista da intersubjetividade secundária, a linguagem é um intercâmbio comunicativo. O

Estes diferentes enfoques representam diferentes concepções de autismo, com a busca de uma etiologia quanto ao primeiro e a busca de uma etiologia nunca é feita independentemente de partir de um enfoque teórico. No entanto, a tendência será procurar correlacionar o biológico e o comportamento, sem deixar de dar conta de todo o quadro clínico. Assim, no enfoque construtivista, a tarefa do profissional é a complexa dada a multiplicidade de sintomas e observações. Quanto à intervenção, o construtivista tenderá a enfatizar características cognitivas e sociais, enquanto o construtivista procurará trabalhar diretamente com o objetivo de retrair o comportamento. No caso de uma criança de três anos, o construtivista observará a interação social, por exemplo, e os comportamentos característicos de uma criança de três e secundária – contato ocular, resposta a gestos, observar a contingência das ações e reações.

Referências

- American Psychiatric Association (1995). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (4ª ed.) (D. Batista, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Baker, G. P. & Hacker, P. M. S. (1984). *Language, sense and nonsense. A critical investigation into modern theories of language*. Oxford: Basil Blackwell.
- Baron-Cohen, S. (2000). Theory of mind and autism: A fifteen year review. Em S. Baron-Cohen, H. Tager-Flusberg & D. J. Cohen (Orgs.), *Understanding other minds: Perspectives from developmental cognitive neuroscience* (2ª ed., pp. 3-20). London: Oxford University Press.
- Bartak, L., Rutter, M. & Cox, A. (1975). A comparative study of infantile autism and specific developmental receptive language disorder: I. The children. *British Journal of Psychiatry*, 126, 127-145.
- Cairns, R. B. (1986). Social development: Recent theoretical trends and relevance for autism. Em E. Schopler & G. B. Mesibov (Orgs.), *Social behavior in autism* (pp.15-33). New York: Plenum Press.
- Camaioni, L., Perucchini, P., Muratori, F. & Milone, A. (1997). Brief report: A longitudinal examination of the communicative gestures deficit in young children with autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 27, 6, 715-725.
- Dawson, G. & Galpert, L. (1986). A developmental model for facilitating the social behavior of autistic children. Em E. Schopler & G. B. Mesibov (Orgs.), *Social behavior in autism* (pp. 237-261). New York: Plenum Press.
- Dawson, G. & Lewy, A. (1989). Arousal, attention, and the socioemotional impairments of individuals with autism. Em G. Dawson (Org.), *Autism: Nature, diagnosis and treatment* (pp. 49-74). New York: Guildford Press.
- Eisenberg, L. & Kanner, L. (1956). Early infantile autism, 1943-55. *American Journal of Orthopsychiatry*, XXVI, 3, 556-566.
- Frith, U. (1997). Autism. *Scientific American Mysteries of the Mind, Special Issue*, 7(1), 92-98.
- Garfin, D.G. & Lord, C. (1986). Communication as a social problem in autism. Em E. Schopler & G. B. Mesibov (Orgs.), *Social behavior in autism* (p. 133-151). New York: Plenum Press.
- Green, L., Fein, D., Joy, S. & Waterhouse, L. (1995). Cognitive functioning in autism: An overview. Em E. Schopler & G.B. Mesibov (Orgs.), *Learning and cognition in autism* (pp. 13-31). New York: Plenum Press.
- Hermelin, B. & O'Connor, N. (1985). Logico-affective states and nonverbal language. Em E. Schopler & G. B. Mesibov (Orgs.), *Communication problems in autism*. (p. 283-310). New York: Plenum Press.
- Hobson, P. (2002). *The cradle of thought*. London: Macmillan.
- Kanner, L. (1943). Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, 2, 217-250.
- Klinger, L.G. & Dawson, G. (1992). Facilitating early social and communicative development in children with autism. Em S. F. Warren & J. Reichle (Orgs.), *Causes and effects in communication and language intervention* (pp. 157-186). Baltimore, Mar: Paul H. Brookes.
- Lord, C. (1985). Autism and the comprehension of language. Em E. Schopler & G.B. Mesibov (Orgs.), *Communication problems in autism* (pp. 257-281). New York: Plenum Press.
- Olley, J. G. (1985). Social aspects of communication in autism. Em E. Schopler & G. B. Mesibov (Orgs.), *Communication problems in autism* (pp. 311-328). New York: Plenum Press.
- Rapin, I. (1996). Historical data. Em I. Rapin (Org.), *Preschool communication. Developmental language disorder, autism, low verbal ability*. Mac Keith Press.
- Richer, J. (1976). The partial noncommunication of culture: A study of the application of human ethology. Em M. Rutter & E. Schopler (Orgs.), *Autism: A reappraisal of concepts and treatment* (pp. 47-61). New York: Plenum Press.
- Rutter, M. (1968). Concepts of autism: A review of the literature. *Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 9, 1-25.
- Rutter, M. (1976). Language disorder and infantile autism. Em E. Schopler & G. B. Mesibov (Orgs.), *Autism: A reappraisal of concepts and treatment* (pp. 1-15). New York: Plenum Press.
- Rutter, M. (1978). Diagnosis and definition of childhood autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 8, 139-161.
- Rutter, M. & Schopler, E. (1988). Autism and pervasive developmental disorders: Concepts and diagnostic issues. Em E. Schopler & E. Mesibov (Orgs.), *Diagnosis and assessment in autism* (pp. 15-36). New York: Plenum Press.
- Schopler, E. & Mesibov, G.B. (1986). Introduction to social behavior in autism. Em E. Schopler & G. B. Mesibov (Orgs.), *Social behavior in autism* (pp. 1-15). New York: Plenum Press.
- Shah, A. & Wing, L. (1986). Cognitive impairments affect social behavior in autism. Em E. Schopler & G. B. Mesibov (Orgs.), *Social behavior in autism* (pp. 153-169). New York: Plenum Press.
- Stone, W. L., Ousley, O.Y., Yoder, P. J., Hogan, K. L. & Rapin, I. (1986). Nonverbal communication in two- and three-year-old children with autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 27, 6, 615-625.
- Trevarthen, C., Aitken, K., Papoudi, D. & Roberts, J. (1986). *Diagnosis and interventions to meet their needs* (2ª ed.). London: Plenum Press.
- Vygotsky, L. S. (1984). *A formação social da mente. O desenvolvimento das funções superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Walters, A., Barrett, R. P. & Feinstein, C. (1990). Social behavior in autism: Current research, issues, directions. *Research in Developmental Disabilities*, 11, 303-326.
- Waterhouse, L., Wing, L. & Fein, D. (1989). Re-evaluating the diagnosis of autism in the light of empirical research. Em G. Dawson (Org.), *Autism: Nature, diagnosis, and treatment* (pp. 263-281). New York: The Guildford Press.
- Wing, L. (1980). Diagnosis, clinical description and prognosis of autism. Em E. Schopler & G. B. Mesibov (Orgs.), *Early childhood autism. Clinical, educational and social aspects* (pp. 1-15). Pergamon Press.
- Wing, L. (1981). Language, social, and cognitive impairments in autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 11, 1-29.
- Wing, L. (1988). The continuum of autistic characteristics. Em E. Schopler & G. B. Mesibov (Orgs.), *Diagnosis and assessment in autism* (pp. 1-15). New York: Plenum Press.
- Wing, L. & Gould, J. (1979). Severe impairments of social interaction in children: Abnormalities in children: Epidemiology and classification. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 9, 1, 11-29.
- Wittgenstein, L. (1958). *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell.